



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CIVIL DE ITABAIANA DA COMARCA DE ITABAIANA
Av. Dr. Luiz Magalhães, Bairro Centro, Itabaiana/SE, CEP 49500000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202052000403	Distribuição: 19/03/2020
Número Único: 0001695-16.2020.8.25.0034	Competência: 1ª Vara Cível de Itabaiana
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: LUCIENE DE ASSIS
Endereço: POVOADO LAGAMAR
Complemento: RUA 01
Bairro: AREA RURAL DE ITABAIANA
Cidade: ITABAIANA - Estado: SE - CEP: 49511899

Requerente: Advogado(a): MARCOS PAULO KRUSCHEWSKY LEAHY 6428/SE
Requerente: Advogado(a): MARCOS PAULO KRUSCHEWSKY LEAHY 6428/SE
Advogado(a): TANIELA FREITAS DE JESUS 13379/SE

Requerido: SEGURADORA LIDER
Endereço: RUA SENADOR DANTAS
Complemento: 5º andar
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031205



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

**1ª VARA CÍVEL DE ITABAIANA DA COMARCA DE ITABAIANA
Av. Dr. Luiz Magalhães, Bairro Centro, Itabaiana/SE, CEP 49500000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE ITABAIANA DA COMARCA DE ITABAIANA
Av. Dr. Luiz Magalhães, Bairro Centro, Itabaiana/SE, CEP 49500000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202052000403

DATA:

19/03/2020

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202052000403, referente ao protocolo nº 20200318171504558, do dia 18/03/2020, às 17h15min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: LUCIENE DE ASSIS, brasileiro, solteira, lavradora, inscrita no CPF nº 836.446.805-49, RG nº 3.099.660-0 SSP/SE, filha de José Luiz de Assis e Maria dos Santos, nascida em 01.11.2011, residente e domiciliada no Povoado Lagamar, s/n, R01, Área Rural, CEP: 49.500-000, Itabaiana/Se.

OUTORGADOS: TANIELA FREITAS DE JESUS, brasileira, advogada inscrita na OAB/SE sob o nº 13.379, **MARCOS PAULO KRUSCHEWSKY LEAHY**, brasileiro, Advogado OAB/SE 6428, todos com escritório a Rua Jackson de Figueiredo, nº 573, Itabaiana/Se, CEP: 49500-000.

PODERES: por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhes os poderes da cláusula ad judicium et extra, para o foro em geral, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga aos Advogados acima descritos, os poderes para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, levantar alvará judicial, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica. (Em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15)

Os poderes específicos acima outorgados poderão ser substabelecidos.

Aracaju/SE, 10 de março de 2020.

Luciene de Assis

Outorgante

Itabuna - Avenida Firmino Alves, n. 60, Ed. Módulo Center, sala 1305, 13º andar, Centro
scsadvocacia.consultoria@hotmail.com

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUÍZ (A) DE DIREITO DA ____ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE ITABAIANA/SERGIPE**

LUCIENE DE ASSIS, brasileira, solteira, lavradora, filha de José Luiz de Assis e Maria dos Santos, nascida em 08/04/1979, portadora do RG nº 3.099.660-0 SSP/SE, inscrita no CPF nº 836.446.605-49, residente e domiciliada no Povoada Lagamar, s/n, R01, Área Rural, CEP: 49500-000, Itabaiana/SE, por conduto de seu procurador abaixo subscrito, com endereço a Av. Firmino Alves, nº 60, centro, Edifício Modulo Center, 13º andar, sala 1305, CEP: 45600-000, Itabuna/Ba, endereço eletrônico mpkleahy@hotmail.com, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro no artigo 319 e seguintes do Código de Processo Civil – Lei 13.105/2015, ajuizar

AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, CEP 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir delineados.

I – DA CONCESSÃO DO BENEPLÁCITO DA JUSTIÇA GRATUITA

Preliminarmente requer a Autora que lhe seja deferido o benefício da justiça gratuita, fundamentado no disposto do inciso LXXIV, do artigo 5º da Constituição Federal e na Lei nº 1.060/50 com alterações introduzidas pela Lei nº 7.540/86, em virtude de não possuir condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do seu sustento próprio.

II – DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Em consonância com o art. 319, VII, do novo Código de Processo Civil, que traz a necessidade da parte solicitar ou não audiência de conciliação, a Autora informa que não possui interesse na designação de audiência conciliatória.

III – DO BREVIÁRIO FÁTICO

Conforme podemos avistar nos documentos em anexo, a autora foi vítima de um acidente de trânsito ocorrido em 20/01/2017, por volta das 17h00min, quando a requerente trafegava com uma bicicleta, veio um veículo e chocou-se na lateral da bicicleta, atirando-a no solo.

Após o acidente a Requerente foi atendida pelo SAMU e conduzida ao Hospital Regional Pedro Garcia Moreno.

Em virtude do acidente, a Autora fraturou o tornozelo e o pé esquerdo.

De acordo com os relatórios médicos, em anexo, a autora adquiriu uma lesão

de caráter permanente, ou seja, sem possibilidade de recuperação significativa.

Desta feita, a Requerente deu entrada no pedido administrativo de pagamento do seguro obrigatório DPVAT por invalidez, sendo que a seguradora, no dia 08/05/2018, negou o requerimento de indenização sob o argumento de que a Autora não possui sequela definitiva, razão pela qual não foi caracterizada a invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT, consoante apresenta no doc. em anexo.

Portanto, a Postulante não concorda com tal negativa e, desta forma, não tinha alternativa senão ingressar com a presente demanda judicial.

IV – DA QUESTÃO PRELIMINAR

IV.1 – LEGITIMIDADE PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO

Assim preceitua o art. 7º da Lei 6.194/76:

Art. 7º. A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

Feita a leitura deste artigo, pode-se concluir que a legitimidade passiva é da seguradora do veículo que causou dano a vítima. Nada o impede, entretanto, de acionar qualquer companhia seguradora integrante dos Consórcios DPVAT, face ao relevante aspecto social do instituto:

Seguro obrigatório. DPVAT. Consórcio. **Legitimidade de qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso** (Recurso Especial nº 401418/MG, 4ª Turma, Superior Tribunal de Justiça, Relator: Min. Ruy Rosado de Aguiar. Decisão em 23/04/2002). (grifo nosso).

Esta, inclusive, é a orientação do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, como podemos concluir através das sábias palavras do Desembargador Roberto Eugênio da Fonseca Porto:

Inicialmente, analiso a preliminar levantada de ilegitimidade passiva da Nobre Seguradora do Brasil S/A. **Compulsando os autos, verifica-se que o valor pago ao autor foi efetuado pela Seguradora Líder dos Consórcios da Seguradora DPVAT (fls. 25). Ocorre que há solidariedade entre as seguradoras participantes do consórcio obrigatório DPVAT, de modo que, independente de qual delas tenha liquidado administrativamente o sinistro, qualquer uma poderá ser demandada pela respectiva complementação.**

Rechaço, pois a preliminar de ilegitimidade passiva da Nobre Seguradora do Brasil. (Apelação Cível nº 5492/2008, 1ª Câmara Cível, Tribunal de Justiça de Sergipe: Des. Roberto Eugênio da Fonseca Porto. Julgado em 11/11/2008). (grifo nosso)

Dessa feita, não deve ser acatada qualquer preliminar aduzida no sentido de

contestar a legitimidade passiva.

V – DO DIREITO

V.1 – DA LATENTE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO

Um dos maiores desafios do Estado brasileiro é a manutenção dos direitos fundamentais sociais - termo aqui utilizado como abreviatura de direitos econômicos, sociais e culturais - conquistados, protegendo-os dos refluxos políticos e econômicos.

Malgrado a Constituição Federal de 1988 – consagradora de um Estado social e democrático de direito no país - reconheça os direitos sociais como direitos fundamentais, sendo, portanto, intangíveis em face das denominadas cláusulas pétreas, vários desses direitos foram concretizados por meio de legislação infraconstitucional, situação que pode facilitar sua redução ou supressão mediante quórum parlamentar reduzido, levando, em alguns casos, se assim ocorrer, ao esvaziamento do comando constitucional a eles referentes. Por isso, é importante a pesquisa de meios técnico-jurídicos que obstem a supressão ou a redução desses direitos, que os preserve do alvedrio das maiorias políticas eventuais.

Sabe-se que a Lei 11.482/07, alterou o art. 3º, Lei 6.194/74, reduzindo o valor de indenização, consolidando a MP 340/06. **Porém, acontece que com essa redução no valor houve substancial retrocesso em garantia já adquirida pela população em geral, violando-se o princípio constitucional implícito de vedação ao retrocesso social.** Isso porque, ***nas palavras da Doutra Magistrada Suyene Barreto Seixas de Santana, atuante da Justiça de Sergipe, "a responsabilidade pela indenização do seguro DPVAT configura direito fundamental porque, de um lado corresponde ao princípio do solidarismo (artigo 3º, inciso I da Constituição Federal) e de outro, porque a referida indenização corresponde a direito individual homogêneo, o que o eleva à categoria constitucional (artigo 127 da CF c/c artigo 5º, X, da CF)".*** Por esse motivo, o Judiciário sergipano vem

declarando a inconstitucionalidade material parcial do art. 8º da lei 11.482/07.

Nesse sentido, as decisões judiciais seguem o caminho de reconhecer a **inconstitucionalidade do art. 8º da Lei nº 11.482/2007**. Cite-se, por todos, o processo de nº 201045201837, 8º Juizado Especial Cível de Aracaju/SE, julgado em 27/10/2010, o qual cita também decisão da Turma Recursal de Sergipe (pode-se conferir também, no site do TJ/SE, "www.tjse.jus.br", o processo nº 201045201674, 8º Juizado Especial Cível de Aracaju/SE, publicado em 27/10/2010) (destacou-se):

A doutrina jurídica do ambiente pós-positivista procura consolidar o **princípio da vedação de retrocesso**, pelo qual, em síntese apertada, se o ordenamento jurídico atingir determinado patamar de avanço em direitos fundamentais, não se torna compatível com a Constituição a supressão, por ato legislativo ou decisão judicial, do patamar atingido até então, tampouco a diminuição de concreção já estabelecida.

Outrossim, outras decisões do STF trataram do tema da proibição de retrocesso, como as ADIs nºs 3.105-8-DF e 3.128-7-DF, o MS nº 24.875-1-DF e, mais recentemente, a ADI nº 3.104-DF. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul também já analisou o tema na Apelação Cível nº 70004480182, que foi objeto do RE nº 617757 para o STJ. A matéria mereceu análise também pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul – Processo nº 2003.60.84.002458-7.

Percebe-se, assim, a violação ao princípio do não-retrocesso social, pois a ideia por detrás do referido princípio é fazer com que o Estado sempre atue no sentido de melhorar progressivamente as condições de vida da população. Qualquer medida estatal que tenha por finalidade suprimir garantias essenciais já implementadas para a plena realização da dignidade humana deve ser vista com reservas e somente pode ser aceita se outros mecanismos mais eficazes (e igualmente vantajosos) para alcançar o mesmo desiderato forem adotados, o que não é o caso da lei 11.482/07. Tal posicionamento vem sendo aceito neste Estado, por diversos Juizados, bem como pela Egrégia Turma Recursal (Processos: 200840301282; 200883520186; Recursos Inominados: 201000800595; 201000800840).

Portanto, a redação dada ao art. 3º, Lei 6.194/74, pela Lei 11.482/07, oriunda da MP 340/06, ofende ao princípio da vedação de retrocesso, por pertencer à

responsabilidade indenitária mediante DPVAT um direito fundamental.

VI – DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

No que diz respeito ao termo *a quo* dos juros e da correção monetária, temos que, em relação ao primeiro, deve ser aplicada a regra contida no art. 405 do Código de Processo Civil, ou seja, os juros moratórios devem incidir a partir da citação inicial. Já a correção monetária,   pacífico na doutrina e na jurisprudência pátria que a atualização monetária deve ser iniciada a partir da data do pagamento administrativo. Vejamos:

DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPETENCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL. INTERESSE DE AGIR - A QUITAÇÃO DIZ RESPEITO SOMENTE AO VALOR RECEBIDO. PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. LAUDO DO IML   PRESCINDÍVEL QUANDO H  OUTROS ELEMENTOS QUE CONFIRMAM A INVALIDEZ. POSSIBILIDADE DE SE VINCULAR A INDENIZAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO - CONSTITUCIONALIDADE (Precedentes do STF - RE 298211/MA - Rel. Min. Eros Grau - j. Em 02.02.2005). **INCIDENCIA DA CORREÇÃO MONETARIA A PARTIR DO PAGAMENTO PARCIAL E JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO.** SENTENÇA REFORMADA. CONDENAÇÃO AO COMPLEMENTO DA INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R\$ 13.065,00. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (Recurso Inominado N  201100900988, Turma Recursal do Estado de Sergipe, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Diógenes Barreto, RELATOR, Julgado em 22/07/2011). (grifo nosso).

VII – DA NECESSIDADE DE PERICIA MEDICA JUDICIAL

O fato em comento necessita, para oferecer grau de certeza quanto à existência e à extensão dos danos, de prova pericial. Ainda que se considere que a invalidez foi admitida pela seguradora através de pagamento administrativo, o que se discute aqui é a existência do direito à complementação. Destarte, a perícia é necessária para verificar a existência ou não de invalidez em grau superior ao apurado na esfera administrativa.

VIII – DOS REQUERIMENTOS

Com lastro no quadro amplamente explanado e na robusta documentação comprobatória anexada, requer a V. Exa.:

- a) O deferimento do benefício da justiça gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50;
- b) A citação da Requerida, na pessoa de seu representante legal, no endereço constantes do preâmbulo da exordial para apresentar contestação, sob pena de sofrer os efeitos da revelia;
- c) Que seja designada a devida perícia médica para a comprovação do alegado;
- d) Seja julgado procedente o pedido, condenando-se a Requerida ao pagamento do valor complementar do seguro, ao qual restará apurado através do competente Laudo Pericial, visto que a autora não recebeu qualquer indenização na seara administrativa.
- e) A condenação da Requerida ao pagamento das custas processuais e 20%

de honorários advocatícios e demais cominações legais.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, principalmente pelos documentos já acostados: procuração, comprovante de residência, documentos pessoais, boletim de ocorrência, relatório médico e pagamento administrativo.

Dá-se a causa o valor R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Nestes termos,

Pede deferimento.

Aracaju/SE, 16 de março de 2020.

Bel. Marcos Paulo Kruschewsky Leahy
OAB/SE 6428

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

COORDENADORIA DE POLÍCIA DE IDENTIFICAÇÃO

DEPARTAMENTO DE REGISTRO CIVIL

Luciene de Assis

CARTEIRA DE IDENTIDADE

TERMO DE DIREITO À VOTAÇÃO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.099.660-0 2.VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 01/11/2011

NOME LUCIENE DE ASSIS

FILIAÇÃO JOSE LUIZ DE ASSIS MARIA DOS SANTOS

NATURALIDADE ITABAIANA-SE DATA DE NASCIMENTO 08/04/1979

DOL ORIGEM CT. NASCIMENTO NR 7468-LY A10 FL 142

CPF CART.DIST.COM.ITABAIANA/SE

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

EVERALDO FERRAZ DA SILVA

Primeiro secretário do registro civil de São Paulo

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome LUCIENE DE ASSIS

Nº de inscrição 836446805-49 Data de Nascimento 08/04/79

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, válido e original por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura: *Luciene de Assis*

LUCIENE DE ASSIS

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 04/09/08

LUCIENE DE ASSIS
POV LAGAMAR, S/N - R 01 - AREA RURAL
ITABAIANA / SE CEP: 49500000 (AG: 30)

CPF/CNPJ/RANI: 836.446.605-48

Grupo: CONVENCIONAL BAIXA TENSÃO / Subgrupo: B1
Classe: RES MTC B1 / Subclasse: BAIXA RENDA
Ligação: MONOFÁSICO
Roteiro: 5 - 30 - 660 - 1230 Nº Medidor: WV1025469100



UNIDADE CONSUMIDORA (UC)

3/385304-1

CADASTRE SUA FATURA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZANDO O CÓDIGO: 00003853041



VALOR DA FATURA

R\$ 105,26



VENCIMENTO

17/03/2020



REFERÊNCIA

Mar / 2020



CONSUMO

156kWh

4,88 kWh
MÉDIA DIÁRIA

SITUAÇÃO DE DÉBITOS

DESCRIÇÃO

CCI	Descrição	Quant	Tarifa/ Tributos	Valor Base Calc Total (R\$)	Aliq ICMS (R\$)	ICMS Base Calc (R\$)	Base Calc (R\$)	PIS/Cofins (R\$)	PIS/Cofins (R\$)	PIS/Cofins (R\$)
0601	Consumo até 30kWh-BR	30	0,253440	7,60	7,60	25	1,80	7,60	0,07	0,32
0601	Consumo - 31 a 100kWh-BR	70	0,434500	30,41	30,41	25	7,60	30,41	0,28	1,30
0601	Consumo - 101 a 220kWh-BR	56	0,851750	36,49	36,49	25	9,12	36,49	0,34	1,57
0610	Subsídio			38,46	38,46	25	9,62	38,46	0,36	1,65
0807	LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0807	CONTRIBUÍLUM PÚBLICA			17,51	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 02/2020			0,08	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 02/2020			1,55	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0906	Devolução Subsídio			-26,84	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

CCI: Código de Classificação do Item TOTAL: 105,26 112,96 28,24 112,96 1,05 4,84

Tarifa e Tributos: Até 30kWh: 0,176650 - Até 100kWh: 0,383160 - Até 220kWh: 0,454770

RESERVADO AO FISCO

9a13.5fd1.B10d.2e3d.96a7.63ac.edcc.ef40

HISTÓRICO DE CONSUMO (kWh)

Mar/19	178
Abr/19	152
Maio/19	167
Jun/19	144
Jul/19	164
Ago/19	146
Set/19	159
Out/19	149
Nov/19	147
Dez/19	154
Jan/20	158
Fev/20	141
Média	155

LEITURAS

Anterior: 07/02/20 20622
Atual: 10/03/20 20978
Consumo: 156kWh
Período: 32 dias
Constante do medidor: 1

PRÓXIMA LEITURA

07/04/2020

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

Descrição	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/SE	19,45	18,47
Compra de Energia	26,77	25,43
Serviço de Transmissão	1,89	1,80
Encargos Setoriais	3,88	3,69
Impostos Diretos e Encargos	53,27	50,61
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	105,26	100,00

Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (Ref. 1/2020) R\$27,15

* Faturamento pela Média/Mínimo

(REFERÊNCIA 01/2020 - Conjunto ITABAIANA)

META	MENSAL	APURADO TRIMEST.	ANUAL	LIMITE DE TENSÃO (V)
Horas que o cliente ficou sem energia - DIC	10,73	2,30	21,46	42,92
Vezeas que o cliente ficou sem energia - FIC	7,59	1,00	15,19	30,39
Duração da maior interrupção de energia no período - DMIC	5,78			
Duração da interrupção individual em dia crítico - DICRI	18,60			

ATENÇÃO

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
Conheça a Gisa, nossa atendente virtual do Whatsapp? Ela pode te ajudar com informações sobre débitos,
enviar a segunda via da conta de energia e até fazer pedido de religação. Salve nosso número e nos
chame sempre que precisar: 79 99101-0715

- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$28,84. Atenção: A responsabilidade
pela iluminação pública é da prefeitura do município.
- Leitura Informada pelo cliente



DELEGACIA PLANTONISTA DE ITABAIANA

(DELEGACIA DE REGISTRO)
CENTRO FONE: (79)3431-2810

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2017/06551.0-000533

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA DA MULHER-ITABAIANA

Endereço: CENTRO FONE: (79) 3431-8513

FATO

Data e Hora do Fato: 20/01/2017 - 17:00 até 20/01/2017 - 17:00

Endereço: Número: Complemento: CEP: 49500-000

Bairro: BR-235 Cidade: ITABAIANA - SE Circunscrição: DELEGACIA PLANTONISTA DE ITABAIANA

Tipo de local: VIA PÚBLICA Meio Empregado: OUTRO

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: LUCIENE DE ASSIS

Nome do pai: JOSE LUIZ DE ASSIS Nome da mãe: MARIA DOS SANTOS

Pessoa: Física CPF/CGC: 000.000.000-00 RG: 30996600 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: ITABAIANA Data de nascimento: 08/04/1979 Sexo: Feminino Cor da cútis: Parda

Profissão: DOMESTICA Estado civil: Convivente Grau de instrução:

Endereço: POV. LAGAMAR Número: Complemento:

CEP: 49.500-000 Bairro: ZONA RURAL Cidade: ITABAIANA UF: SE

Proximidades: Telefone: 79-99875-2416

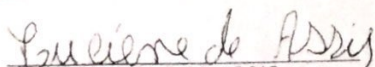
HISTÓRICO

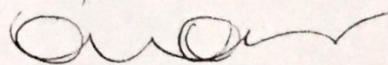
Narra a noticiante que na data, horário e local, acima mencionados, trafegava, montada em uma bicicleta, quando um veículo, do qual a noticiante não sabe informar as características, chocou-se contra a lateral da bicicleta, atirando-a ao solo. Que a noticiante fora atendida pelo SAMU e conduzida ao Hospital Regional Pedro Garcia Moreno, nesta cidade, sendo ali, após ser submetida a exames, constatada uma fratura do tornozelo, do pé esquerdo, razão pela qual efetua o presente registro, para fins de comunicação e para que possa acionar o seguro DPVAT.

Data e hora da comunicação: 13/04/2017 às 12:08

Última Alteração: 13/04/2017 às 12:08.

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.


LUCIENE DE ASSIS
Responsável pela comunicação


Antonio Jose Costa Santos
Responsável pelo preenchimento

CIRURGIA
FUNDAÇÃO DE BENEFICÊNCIA HOSPITAL DE CIRURGIA

RECEITUÁRIO

Nome:

- Roberto Mello -

- A Sra. Rubens de Amor
(RG: 30986600-SE), após
fratura do tornozelo (no dia
20/05/2018). Já foi tratado com
tutor externo de ATE definitivo
(CID: S82.6)

Ass: 14/10/18

Dr. Leopoldo S. Motta
Ortopedia e Traumatologia
CRM-SE 1631

Av. Desembargador Maynard, nº 174 - tel.: 2106-7312
CEP - 49055-210 - Aracaju - SE

HOSPITAL DR PEDRO GARCIA MORENO FILHO

Receituário

Ulcione de Assis

Roberto Mello

Paciente vítima de acidente
(S.C) há 10 anos. Com fratura
do tornozelo esquerdo

Foi tratada com imobilização e
posicionamento fisioterápico.

Apresenta sinais de complicações
crônicas - radiossinóvia, com ADA
ativa do tornozelo (E).

CID: S82

Avenida 13 de junho, nº 776 - Centro - Itabaiana-SE - Fone (79) 3432-9200

10/05/18

Dr. Marcel M. da Motta
Ortopedia e Traumatologia
Clínica e Cirurgia da Coluna
CRM-SE 4122

HOSPITAL DR PEDRO GARCIA MORENO FILHO

Receituário

paciente DE ASSIT

AO AMPLIATÓRIO

DE ORTOFENIA

Para os exames

APÓS 14 DIAS

27/01/17

Dr. Marcelino da Mota
Ortopedia e Traumatologia
Clínica e Cirurgia da Mão
Centro de Diagnóstico

Av. 13 de Junho, nº 776 - Centro - Nataliana (SE) - Fone: (79) 3432.9200

HOSPITAL DR PEDRO GARCIA MORENO FILHO

Receituário

paciente de Amm

Dr. Lúcio — et ex

Up. St. Lúcio. Up. 8.84

Dr. Lúcio S. Lima
Ortopedia e Traumatologia
Clínica e Cirurgia da Mão
Centro de Diagnóstico

03/03/17

Av. 13 de Junho, nº 776 - Centro - Nataliana (SE) - Fone: (79) 3432.9200

HOSPITAL DR PEDRO GARCIA MORENO FILHO

Receituário

HOSPITAL DR PEDRO GARCIA MORENO FILHO

Receituário

Luciano de Azevedo

Relatório de diagnóstico

O exame de laboratório
examinador de laboratório
de sangue (C) Colher
com complexos glicose-
rodopexia. Alto de
clotopexia

5923
247

Dr. Ricardo Dantas 463/17
Clínica e Cirurgia de Cabeça
CRM-SE 59955-2
C/O CENTRO MEDICAL JORDEN
Av. Ministro Getúlio Vargas nº 220
Bairro Jardim 19 Aracaju - SE
Tel: 3025-8466 / 3025-8467

Avenida 13 de junho nº 776 - Centro - Itabaiana-SE - Fone (79) 3432-9200

Avenida 13 de junho nº 776 - Centro - Itabaiana-SE - Fone (79) 3432-9200

CIRURGIA
FUNDAÇÃO DE BENEFICÊNCIA HOSPITAL DE CIRURGIA

RECEITUÁRIO

Nome:

- Roberto Rodolfo -

- A sua. Luciano de Azevedo
(RG: 20986600-SE), após
exame de tomografia (C) (no dia
20/05/2017). São fraturas comun-
Vador estendido de APTe definitivo
(Cf D: 582.6)

Ass: 5/6/10/159

Dr. Longhi & Junior
Ortopedia e Traumatologia
CRM-SE 1037

Av. Desembargador Maynard, nº 174 - tel.: 2106-7312
CEP - 49055-210 - Aracaju - SE

TRAUMA: FEO

PESO:

URINA
ULTRASSONOGRAFIA

SINTOMAS:

HORARIO DA MED

18:25 hrs.

ma Cristina
Vea 59955-2
A DA SAÍDA:
(1) DESTINAR

GRUPO DO MEI

Anjo
visica



CENTRO DE TRATAMENTO DE CÁLCULO RENAL DE SERGIPE

CLÍNICA PEDRA NO RIM

Endereço: Av. Ivo de Carvalho, 395 - Centro- Itabaiana- Se
Telefone: 3431-3077 ou 99992-9933

Paciente.....: LUCIENE DE ASSIS

DN.....: 08/04/1979

Data.....: 17/01/2018

RADIOGRAFIA DE TORNOZELO ESQUERDO

Textura óssea normal.
Fratura oblíqua não desalinhada na diáfise distal da fíbula.
Demais estruturas ósseas íntegras.
Espaços articulares conservados.
Partes moles sem alterações.

Victor Meenas Silva Albuquerque

Dr. Victor Albuquerque - MÉDICO RADIOLOGISTA
Especializado em Tomografia e Ressonância Geral - IMIP
Especializado em Radiologia Musculoesquelética - FAMETRO
CRM 3746 / RQE 3130

Em caso de dúvidas os nossos profissionais estão a disposição
para qualquer esclarecimento.

Rio de Janeiro, 08 de Maio de 2018

Aos Cuidados de: LUCIENE DE ASSIS

Nº Sinistro: 3170590336
Vitima: LUCIENE DE ASSIS
Data do Acidente: 20/01/2017
Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização cadastrado sob o sinistro **número 3170590336**.

Tendo em vista que a pendência não foi sanada no período de 180 dias, informamos que o seu pedido de indenização foi negado.

Caso deseje dar continuidade ao seu pedido de indenização, procure o ponto de atendimento onde o seu processo foi aberto para apresentar os documentos complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o SAC DPVAT **0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12766074



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE ITABAIANA DA COMARCA DE ITABAIANA
Av. Dr. Luiz Magalhães, Bairro Centro, Itabaiana/SE, CEP 49500000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202052000403

DATA:

19/03/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE ITABAIANA DA COMARCA DE ITABAIANA
Av. Dr. Luiz Magalhães, Bairro Centro, Itabaiana/SE, CEP 49500000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202052000403

DATA:

19/03/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor TANIELA FREITAS DE JESUS (13379-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20200319130502012 às 13:05 em 19/03/2020.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUÍZ (A) DE DIREITO DA ___ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANA/SERGIPE**

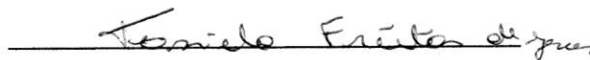
Processo nº: 202052000403

LUCIENE DE ASSIS, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, por meio desta, requerer habilitação da advogada **TANIELA FREITAS DE JESUS**, inscrita nos quadros da **OAB/SE** sob o **nº13.379**, com endereço profissional sito à Rua Jackson de Figueiredo nº 573, Bairro: centro, Cep: 49500-000, Cidade: Itabaiana, Estado SE, nos autos desta ação (procuração já em anexo).

Ainda, na oportunidade, requer que todos os atos e publicações alusivos ao feito sejam também realizados em nome do supracitado patrono, sob pena de nulidade.

Termos em que, pede e espera deferimento e juntada.

Itabaiana-SE, 19 de Março de 2020.



DR. Taniela Freitas de Jesus

OAB/SE 13.379



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE ITABAIANA DA COMARCA DE ITABAIANA
Av. Dr. Luiz Magalhães, Bairro Centro, Itabaiana/SE, CEP 49500000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202052000403

DATA:

20/03/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Compulsando os autos, verifica-se que a requerente postula a condenação da seguradora demandada ao pagamento de indenização do seguro DPVAT, sem, contudo, cumprir o disposto no art. 291 e 330, §1º, II do CPC, deixando de especificar qual enquadramento de suas lesões entende correto à luz do art. 3º, § 1º, incisos I e II da Lei 6.194/74. Desse modo, intime-se a autora, por seu advogado, através do DJE, para, no prazo de 10 (dez) dias, especificar o tipo de lesão que entende aplicável ao seu caso (invalidez permanente total ou parcial, subdividindo esta em completa e incompleta), bem como o enquadramento aos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa à referida lei, com indicação dos cálculos percentuais ali previstos, inclusive com as reduções proporcionais, se ocorrente, e, finalmente, o valor final que entende devido, bem como fazer a correção do valor da causa, sob pena de indeferimento da petição inicial. Após o decurso do aludido prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e volvam conclusos. Itabaiana, Sergipe, 20 de março de 2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível de Itabaiana

Nº Processo 202052000403 - Número Único: 0001695-16.2020.8.25.0034

Autor: LUCIENE DE ASSIS

Réu: SEGURADORA LIDER

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Compulsando os autos, verifica-se que a requerente postula a condenação da seguradora demandada ao pagamento de indenização do seguro DPVAT, sem, contudo, cumprir o disposto no art. 291 e 330, § 1º, II do CPC, deixando de especificar qual enquadramento de suas lesões entende correto à luz do art. 3º, § 1º, incisos I e II da Lei 6.194/74.

Desse modo, intime-se a autora, por seu advogado, através do DJE, para, no prazo de 10 (dez) dias, especificar o tipo de lesão que entende aplicável ao seu caso (invalidez permanente total ou parcial, subdividindo esta em completa e incompleta), bem como o enquadramento aos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa à referida lei, com indicação dos cálculos percentuais ali previstos, inclusive com as reduções proporcionais, se ocorrente, e, finalmente, o valor final que entende devido, bem como fazer a correção do valor da causa, **sob pena de indeferimento da petição inicial.**

Após o decurso do aludido prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e volvam conclusos.

Itabaiana, Sergipe, 20 de março de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **HERVAL MÁRCIO SILVEIRA VIEIRA**, Juiz(a) de 1ª Vara Cível de Itabaiana, em 20/03/2020, às 12:05:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000629515-28**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE ITABAIANA DA COMARCA DE ITABAIANA
Av. Dr. Luiz Magalhães, Bairro Centro, Itabaiana/SE, CEP 49500000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202052000403

DATA:

20/03/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Ag.prazo para manifestação da autora.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE ITABAIANA DA COMARCA DE ITABAIANA
Av. Dr. Luiz Magalhães, Bairro Centro, Itabaiana/SE, CEP 49500000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202052000403

DATA:

23/03/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Emenda da Inicial realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: MARCOS PAULO KRUSCHEWSKY LEAHY - 6428}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUÍZ (A) DE DIREITO DA 1ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANA/SERGIPE**

Processo nº 202052000403

LUCIENE DE ASSIS, já qualificada nos autos em epigrafe, vem à presença de Vossa Excelência, por conduto do causídico que esta subscreve, com fulcro no **art. 321 do novo CPC**, formular pleito de **EMENDA À INICIAL**, para informar que a Requerente possui uma invalidez permanente parcial completa da mobilidade de um tornozelo, graduado pela Tabela do DPVAT em 25% do montante total indenizatório, conforme tabela em anexo.

Sendo assim, o valor da causa deve perfazer o montante de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais).

Ao tempo, reitera o pedido de concessão do beneplácito da justiça gratuita e requer o prosseguimento do feito.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Aracaju/SE, 23 de março de 2020.

Bel. Marcos Paulo Kruschewsky Leahy
OAB/SE 6428

inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	100
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e ou funcional completa de um dos membros superiores e ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE ITABAIANA DA COMARCA DE ITABAIANA
Av. Dr. Luiz Magalhães, Bairro Centro, Itabaiana/SE, CEP 49500000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202052000403

DATA:

23/03/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Faço os autos conclusos haja vista petição retro.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE ITABAIANA DA COMARCA DE ITABAIANA
Av. Dr. Luiz Magalhães, Bairro Centro, Itabaiana/SE, CEP 49500000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202052000403

DATA:

23/03/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE ITABAIANA DA COMARCA DE ITABAIANA
Av. Dr. Luiz Magalhães, Bairro Centro, Itabaiana/SE, CEP 49500000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202052000403

DATA:

29/03/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Defiro os benefícios da gratuidade judiciária, ante as disposições do art. 5º, inciso LXXIV da CF/88 e Lei 1.060/50. Sendo contumaz a distribuição de demandas neste Juízo que tem como causa de pedir a cobrança de valores relativos a seguro DPVAT e sendo quase inexistentes as composições do litígio em audiências de conciliação, deixo de designá-la. Cite-se o requerido, pelos correios, a fim de responder, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, aos termos da presente demanda, sob pena de, não sendo contestada a ação, presumirem-se verdadeiros os fatos articulados na peça exordial. Arguidas preliminares e/ou acostados documentos junto à peça de defesa, intime-se a parte autora, por seu advogado, para que se manifeste em 15 (quinze) dias. Decorridos os prazos, volvam conclusos. Itabaiana, Sergipe, 29 de março de 2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível de Itabaiana

Nº Processo 202052000403 - Número Único: 0001695-16.2020.8.25.0034

Autor: LUCIENE DE ASSIS

Réu: SEGURADORA LIDER

Movimento: Despacho >> Concessão >> Assistência Judiciária Gratuita

Defiro os benefícios da gratuidade judiciária, ante as disposições do art. 5º, inciso LXXIV da CF/88 e Lei 1.060/50.

Sendo contumaz a distribuição de demandas neste Juízo que tem como causa de pedir a cobrança de valores relativos a seguro DPVAT e sendo quase inexistentes as composições do litígio em audiências de conciliação, deixo de designá-la.

Cite-se o requerido, pelos correios, a fim de responder, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, aos termos da presente demanda, sob pena de, não sendo contestada a ação, presumirem-se verdadeiros os fatos articulados na peça exordial.

Arguidas preliminares e/ou acostados documentos junto à peça de defesa, intime-se a parte autora, por seu advogado, para que se manifeste em 15 (quinze) dias.

Decorridos os prazos, volvam conclusos.

Itabaiana, Sergipe, 29 de março de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **HERVAL MÁRCIO SILVEIRA VIEIRA**, Juiz(a) de 1ª Vara Cível de Itabaiana, em 29/03/2020, às 11:24:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000674196-21**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE ITABAIANA DA COMARCA DE ITABAIANA
Av. Dr. Luiz Magalhães, Bairro Centro, Itabaiana/SE, CEP 49500000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202052000403

DATA:

13/04/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Considerando o art. 3º da Portaria nº 220/2020 de 18/03/2020, aguarde-se o transcurso da suspensão dos prazos para expedição do mandado via correios.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE ITABAIANA DA COMARCA DE ITABAIANA
Av. Dr. Luiz Magalhães, Bairro Centro, Itabaiana/SE, CEP 49500000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202052000403

DATA:

12/05/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Aguardando demais deliberações para expedição de AR/Carta.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE ITABAIANA DA COMARCA DE ITABAIANA
Av. Dr. Luiz Magalhães, Bairro Centro, Itabaiana/SE, CEP 49500000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202052000403

DATA:

27/05/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que expedi mandado 202052001887.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE ITABAIANA DA COMARCA DE ITABAIANA
Av. Dr. Luiz Magalhães, Bairro Centro, Itabaiana/SE, CEP 49500000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202052000403

DATA:

27/05/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202052001887 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA
[TM4205,MD2372]

 {Destinatário(a): SEGURADORA LIDER}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
1ª Vara Cível de Itabaiana
Av. Dr. Luiz Magalhães S/N
Bairro - Centro Cidade - Itabaiana
Cep - 49503256 Telefone - (79)3432-8400

Normal(Justiça Gratuita)



202052001887

PROCESSO: 202052000403 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0001695-16.2020.8.25.0034
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: LUCIENE DE ASSIS
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

Finalidade: Responder em 15 (quinze) dias.

Despacho: Defiro os benefícios da gratuidade judiciária, ante as disposições do art. 5º, inciso LXXIV da CF/88 e Lei 1.060/50. Sendo contumaz a distribuição de demandas neste Juízo que tem como causa de pedir a cobrança de valores relativos a seguro DPVAT e sendo quase inexistentes as composições do litígio em audiências de conciliação, deixo de designá-la. Cite-se o requerido, pelos correios, a fim de responder, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, aos termos da presente demanda, sob pena de, não sendo contestada a ação, presumirem-se verdadeiros os fatos articulados na peça exordial. Arguidas preliminares e/ou acostados documentos junto à peça de defesa, intime-se a parte autora, por seu advogado, para que se manifeste em 15 (quinze) dias. Decorridos os prazos, volvam conclusos. Itabaiana, Sergipe, 29 de março de 2020.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : SEGURADORA LIDER
Residência : RUA SENADOR DANTAS, 5º andar, 74
Bairro : CENTRO
Cep : 20031205
Cidade : RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **LARA CHAVELLI LIMA ALVES COSTA**, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 1ª Vara Cível de Itabaiana, em **27/05/2020, às 09:21:23**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000974775-03**.
